



Anos 90: Revista do Programa de Pós-Graduação em História

ISSN: 0104-236X

anos90@ufrgs.br

Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Brasil

de Souza Correa, Sílvia Marcus
História, memória e colonialismo (alemão) em questão
Anos 90: Revista do Programa de Pós-Graduação em História, vol. 21, núm. 40,
diciembre, 2014, pp. 251-274
Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Porto Alegre, Brasil

Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=574069153012>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica
Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

História, memória e colonialismo (alemão) em questão*

Sílvio Marcus de Souza Correa**

Resumo: Este artigo trata de algumas formas de compartilhar experiência(s) através da memória e da história. O trabalho tem por foco alguns exemplos de comemorações de eventos históricos ocorridos durante a guerra colonial (1904-1908) no sudoeste africano (atual Namíbia) e o processo de descolonização, tanto na Namíbia quanto na Alemanha, que transcorre por meio de petições por reparações ou protestos contra monumentos do período (pós-)colonial.

Palavras-chave: Colonialismo. Namíbia. Criticismo pós-colonial. Memória. Comemoração.

Introdução

Durante a noite natalina de 2013, algumas ruas da zona urbana de Windhoek, capital da Namíbia, foram bloqueadas pela polícia local para assegurar o trabalho de uma equipe de asiáticos incumbida da demolição de um monumento da cidade. Uma parte da avenida Robert-Mugabe, próxima à rótula da via Sam-Nujoma, ficou interrompida por horas e sob forte vigilância policial. Os trabalhadores da empresa norte-coreana *Mansudae Overseas Projects* desmontaram em poucas horas o Monumento ao Cavaleiro (*Reiterdenkmal*). Nenhuma

* Uma versão resumida deste artigo foi publicada na revista *Perspectives*. Réseau français des instituts d'études avancées (RFIEA), n. 11, Paris, Printemps 2014.

** Pesquisador visitante junto ao Instituto de Estudos Avançados de Paris; professor do departamento de História e do PPGH da Universidade Federal de Santa Catarina. Doutor em Sociologia pela Westfälische Wilhelms – Universität Münster, WWU MÜNSTER, Alemanha. E-mail: silvio.correa@ufsc.br.

informação prévia foi divulgada à imprensa. A ação noturna e inesperada causou polêmica. Na cidade, muitos apoiaram o desmonte, outros foram indiferentes e alguns, principalmente da comunidade de origem alemã de Windhoek, mostraram a sua indignação.

Inaugurado em 1912, o *Reiterdenkmal* foi uma das principais peças simbólicas de uma “topografia colonial” num país em franco processo de (des)construção da sua história nacional. Removido pela primeira vez em agosto de 2009, ele foi recolocado, no ano seguinte, no pátio da antiga fortaleza que, por sua vez, tornou-se museu nacional após a independência da Namíbia.¹ Desde 1969, o *Reiterdenkmal* estava na lista dos monumentos nacionais; porém, sua destituição deu-se por decisão de uma comissão, alguns dias antes da sua desmontagem.²

No final de agosto de 2013, o presidente da Namíbia, Hifikepunye Pohamba, expressou o intento de remover o *Reiterdenkmal* do espaço público.³ Dois meses depois, o ministro da informação Joel Kaapanda ratificou o intento. Para o ministro, trata-se de um símbolo do colonialismo alemão na África do Sudoeste. Asseverou ainda “[...] o quanto é doloroso para os namibianos ver diariamente o símbolo de um soldado que, durante o período colonial, foi responsável pelo genocídio de nossa gente”.⁴

Em março de 2014, uma estátua do primeiro presidente da Namíbia, Sam Nujoma, foi inaugurada no mesmo lugar onde o *Reiterdenkmal* foi erguido em 1912. A responsável pela obra foi a empresa *Mansudae Overseas Projects*, da Coreia do Norte, a mesma que realizou a desmontagem do *Reiterdenkmal*, em dezembro de 2013.⁵

A polêmica em torno de monumentos erguidos e de outros demolidos na atual Namíbia tem por substrato as diferentes experiências históricas de grupos que, atualmente, fazem parte de uma população nacional e de uma sociedade pós-colonial. Outrossim, a polêmica em torno da desmontagem do *Reiterdenkmal* inscreve-se numa série de ações de um processo de descolonização que ocorre tanto em relação à memória coletiva quanto à historiografia.

Na nova historiografia alemã, por exemplo, há uma tendência pelos *area studies*, em que se destacam as pesquisas sobre as colônias alemãs, notadamente a do sudoeste africano (WENDT, 2007, p. 231). Essa tendência historiográfica tem tido consonância com um

processo de descolonização da memória coletiva tanto na Alemanha quanto na Namíbia. Substituição de nomes de ruas ou de praças, inaugurações de memoriais às vítimas do genocídio dos Herero e Nama ou aos heróis da resistência ou da independência e uma série de manifestações críticas em torno do passado colonial têm alimentado a polêmica em torno do dever de memória e do direito ao esquecimento.

Após a independência da Namíbia, em 1990, a experiência traumática dos Herero passou a fazer parte da memória coletiva dos grupos que compõem a nação multiétnica daquele país. Em 2004, uma série de publicações tratou do genocídio no bojo das comemorações em torno do seu centenário. Para alguns historiadores alemães (ZIMMERER; ZELLER, 2004, p. 9), aquele genocídio tornou-se um “trauma nacional”.

Com base na tipologia de Reinhard Koselleck (1988), pode-se perceber que, em relação à guerra colonial no sudoeste africano, a história anotada (*Aufschreiben*), cuja temporalidade é de curta duração, foi escrita pelos vencedores, já a história cumulativa (*Fortschreiben*) permitiu certo distanciamento crítico em relação à primeira, mais suscetível à subjetividade de quem viveu a experiência. No entanto, um século depois do acontecimento, a história reescrita (*Umschreiben*) aproximou-se dos vencidos.

Na última década, o genocídio dos Herero e Namas foi tema controverso nos debates acadêmicos e na produção historiográfica em língua alemã (DABAG et al., 2004; ZIMMERER; ZELLER, 2004; WASSINK, 2004; HAMANN, 2005; BREHL, 2007). O anti-colonialismo da nova geração de historiadores alemães afina-se ao mesmo diapasão da revisão proposta por historiadores da Namíbia.⁶ Cabe ressaltar, no entanto, que uma das principais historiadoras da Namíbia, Brigitte Lau, discordava da tese do genocídio.⁷

Evidentemente, há no debate sobre o genocídio enquanto “trauma nacional” o risco de fazer da história um tribunal ou de instrumentalizar o trabalho do historiador.⁸ Escusado lembrar que as guerras que envolveram os grupos Herero e Nama contra os colonizadores alemães não foram em prol de uma independência nacional. Movimentos anticoloniais não são necessariamente pró-nacionais. Os Herero, por exemplo, não lograram uma adesão total do grupo

Ovambo, maior grupo étnico da Namíbia, na guerra colonial. Isso significa que não havia um projeto nacional dos grupos subordinados ao domínio colonial alemão no sudoeste africano.

As diferenças e clivagens étnicas na Namíbia foram uma constante durante o período do colonialismo alemão e, posteriormente, sob o mandato sul-africano. O nacionalismo namibiano tem suas primeiras manifestações a partir da década de 1920. A seguir, tem-se uma breve retrospectiva histórica sobre a permanência de algumas clivagens étnicas, malgrado o nacionalismo forjado no processo de emancipação da Namíbia sob mandato sul-africano.

Do genocídio à independência da Namíbia

Durante a guerra colonial, os grupos Herero e Nama foram drasticamente reduzidos em termos demográficos. Além das baixas durante o conflito armado, uma grande parte da população dos Herero foi impelida à dispersão pelo deserto do Kalahari e milhares de homens, mulheres e crianças morreram. Numerosas baixas também ocorreram devido ao trabalho forçado dos prisioneiros de guerra, à precária alimentação e as péssimas condições sanitárias nos campos de concentração. Entre 1904 e 1908, 70 mil pessoas morreram entre os Herero, ou seja, cerca de 80% da sua população. Quanto ao grupo Nama, a estimativa fica em torno de 10 mil o número de mortos (50% da população). Entre os alemães, calcula-se em 1.500 de vidas perdidas.⁹

Depois das guerras contra os grupos Herero e Nama, o domínio colonial alemão no sudoeste africano durou poucos anos. Durante a Primeira Guerra Mundial, as tropas britânicas, compostas na sua maioria por soldados da África do Sul, invadiram a colônia alemã do sudoeste africano. Em 1920, a Sociedade das Nações reconheceu o mandato da União Sul-Africana sobre o território da ex-colônia alemã. Durante as décadas de 20, 30 e 40, não houve nenhum grupo político capaz de liderar um movimento de independência com base num projeto nacional para o sudoeste africano sob tutela sul-africana.

No período post-bellum, os alemães que permaneceram no sudoeste africano puderam manter seu *modus vivendi*. O número de

brancos aumentou ainda com a chegada de colonos bôeres. Na década de 1920, formou-se um grupo de proprietários fundiários composto por brancos de língua alemã e africâner. Além de alemães e bôeres, ingleses instalaram-se na Namíbia, na sua maioria, proveniente da Colônia do Cabo e na condição de funcionários administrativos. Em termos partidários, alemães, africâneres e ingleses organizaram-se separadamente. Apesar de estar vinculada a uma minoria, a Liga dos Alemães (*Deutscher Bund in Südwestafrika*), de cunho independentista, venceu as eleições legislativas de 1925. Para fazer frente à supremacia política dos alemães, ingleses e africâneres fundaram o Partido Unificado do Sudoeste Africano (UNSWP) que venceria as eleições seguintes, permanecendo no poder até 1950 (BADER, 1997, p. 107).

Apesar das diferenças políticas e ideológicas, as comunidades brancas encontraram um denominador comum para defender seus interesses no território sob mandato sul-africano. Uma série de dispositivos normativos de segregação foi aplicada na Namíbia, bem como o sistema de reservas e de contratos de trabalho similares aos vigentes na África do Sul (DIENER, 2000, p. 156 et passim).

Desde 1922, os grupos Herero e Nama, mas também o grupo conhecido por “*Bastards*”, revoltaram-se contra o novo *status quo*. Em relação ao pan-africanismo, as ideias de Marcus Garvey orientaram as ações dos militantes da UNIA (Universal Negro Improvement Association). Na militância de alguns líderes das igrejas negras luteranas, pode-se identificar um difuso proto-nacionalismo. Porém, a repressão policial sul-africana não tardou a atingir as organizações sindicais, partidárias e religiosas. Por outro lado, as autoridades de Pretória manifestavam seu intento em anexar o sudoeste africano (DIENER, 2000, p. 164).

A partir de 1950, a situação política do território do sudoeste africano recebeu maior atenção das Nações Unidas e, posteriormente, pelas jovens nações independentes do continente africano. A propósito, a vaga independentista era favorável ao movimento nativista no sudoeste africano. Algumas lideranças destacaram-se neste momento de organização política pela libertação da Namíbia, como Mburumba Kerina e Fanuel Kozonguizi, entre os Herero, e Hans Beukes e Andrew Kloppers, entre os denominados “*Coloreds*”.

Em 1959 foram criadas a Organização Popular da Ovambolândia (OPO), a Organização dos *Coloreds* do Sudoeste Africano (SWACO) e a União Nacional do Sudoeste Africano (SWANU). No final daquele ano, um acontecimento trágico ocorreu nas cercanias de Windhoek, quando um protesto organizado pela SWANU foi reprimido violentamente. Para fugir da repressão, vários dirigentes da SWANU tiveram que procurar exílio. Importante destacar que a SWANU foi a primeira organização política que visava a uma união nacional, portanto, acima das questões étnicas ou locais que por muito tempo dividiam os grupos Herero, Nama, Ovambo, entre outros. No entanto, os próprios líderes Kozonguizi e Kerina tinham suas divergências, sendo que o último deixou a SWANU para fundar a Organização Popular do Sudoeste Africano (SWAPO), em 1960 (BADER, 1997, p. 113-114). Kerina foi seu diretor executivo, enquanto Sam Nujoma assumiu a presidência dessa organização que durante trinta anos lutou pela independência da Namíbia. Este último seria o primeiro presidente da Namíbia, em 1990.

As divergências entre a SWANU e a SWAPO na luta pela libertação da Namíbia não foram apenas de cunho ideológico ou político. Elas evidenciavam, igualmente, a complexidade das relações interétnicas no sudoeste africano. A SWANU foi composta predominantemente por membros do grupo Herero enquanto a SWAPO, por membros do grupo majoritário Ovambo. Entre ambas as organizações, havia também uma clivagem social, pois a SWANU era composta por intelectuais e profissionais de camadas médias, enquanto a SWAPO tinha uma base mais popular, camponesa e operária. Em termos de orientação ideológica, a SWANU aproximou-se do maoísmo.¹⁰ A SWAPO tinha orientação marxista-leninista. Tal filiação ideológica da SWAPO resultou numa ajuda de Moscou ao movimento de libertação a partir de 1964. Durante a década de 60, a guerrilha praticada pela SWAPO colocou em xeque o mandato sul-africano. A ONU criou, então, um “Conselho para o Sudoeste africano” com funções administrativas em 1967 e declarou ilegal a presença sul-africana na Namíbia a partir de 1970 (BADER 1997, p. 122; DIENER, 2000, p. 169).

Em dezembro de 1971, milhares de operários, na sua maioria Ovambo, entraram em greve. A greve durou até meados de 1972.

Ainda em 1972, ocorreu uma revolta campesina na Ovambolândia.¹¹ Apesar do clima tenso e das revoltas urbanas e rurais, a marcha para a independência percorreu um longo caminho. Escusado lembrar o contexto internacional da Guerra Fria.

Em 1975, na antiga sede de ginástica das tropas alemãs, em Windhoek, houve uma convenção constituinte. Além dos três partidos brancos (Partido Nacional, Partido Federal e Partido Nacionalista), havia uma panóplia de pequenas organizações, algumas vinculadas às comunidades Ovambo, Herero e Nama e outras sob a influência de comunidades afro-luteranas. Apesar das dificuldades de avançar os trabalhos, a proposta do africâner Dirke Mudge, membro do Partido Nacional, foi aceita pela maioria. O deputado do PN interpelava brancos e negros a seguir um caminho pacífico pela independência do país. Mas a proposta não ignorava as diferenças étnicas, pois previa um governo composto por diferentes poderes. Ele teria um poder central, outro poder de base étnica e outro de caráter municipal. Os membros do governo seriam provenientes das diferentes etnias da Namíbia. O número de deputados na assembleia nacional também teria sua composição obedecendo à proporção dos grupos étnicos na população total do país (BADER, 1997, p. 128).

Mas o processo político rumo à independência da Namíbia sofreria ainda alguns reveses, sobretudo após a independência de Angola, em 1975. A aproximação da SWAPO com a MPLA preocupava as autoridades de Pretória. Na década de 1980, as forças territoriais do sudoeste africano (SWATF) foram criadas pelo governo sul-africano para operar na Namíbia, sendo que mesmo a província angolana de Cunene chegou a ser ocupada pelas tropas sul-africanas.

O processo de independência da Namíbia dependeu, igualmente, da relação da África do Sul com outros países africanos como Botsuana, Zâmbia, Moçambique e Tanzânia. Outras questões externas condicionaram a independência da Namíbia. O governo dos EUA, por exemplo, exigiu a retirada dos cubanos de Angola para apoiar a independência da Namíbia. Já o governo da África do Sul, retiraria suas tropas de Angola se o governo de Luanda retirasse o seu apoio à SWAPO (BADER, 1997, p. 140).

Em 1985, a conjuntura internacional desfavorável à África do Sul apresentava-se promissora para o avanço das negociações internas

entre os vários partidos do sudoeste africano e também em nível internacional, especialmente com mediação da ONU. Finalmente, o governo da África do Sul e a direção da SWAPO entraram num acordo para cessar as hostilidades e depor as armas.

Em início de abril de 1989, a administração da Namíbia ficou a cargo do enviado especial da ONU, o finlandês Martii Ahtisaari. Para as eleições, a constelação partidária evidenciava o mosaico étnico do país. Tanto a Ação Cristã Nacional, dos conservadores brancos de origem alemã e africâner, quanto a Aliança Democrática da Turnhalle, do africâner Dirke Mudge, disputavam os votos dos brancos. A SWAPO de Sam Nujoma contava com os eleitores do grupo Ovambo, majoritário no país. No entanto, muitos eleitores Ovambo não se identificavam com a orientação marxista da SWAPO. Para esses, havia três alternativas: a Ação Cristã Democrata (CDA), do reverendo Peter Kalangula; a SWAPO-Democrata, de Andreas Shipanga, e o Partido Nacional-Democrata da Namíbia (NNDP), de Paul Helmuth (BADER, 1997, p. 128-129).

Outros partidos disputavam os votos dos eleitores: o Front Democrático Unificado, partido de centro-esquerda dirigido pelo “rei” dos Damara, Justus Garöeb, além de duas “filiais” da SWANU, dirigidas por líderes Herero: a SWANU-NNF (Front Nacional da Namíbia), de Vekuui Rukoro, e a SWANU-NPF (Front Patriótico Nacional) de Moses Katjiongua. Havia ainda o grupo dos federalistas, reagrupados à Convenção Federal da Namíbia, dirigida pelo “capitão” dos *Bastards* de Rehoboth, Hans Diergaardt (BADER, 1997, p. 151).

Com a vitória da SWAPO, Sam Nujoma assumiu a presidência da Namíbia em 1990. Com o final da Guerra Fria, a conjuntura internacional era desfavorável para o novo regime político do país. Parceiros internacionais da SWAPO deixaram simplesmente de existir, como a República Democrática Alemã. Aliás, a aproximação da Namíbia com a Alemanha Unificada foi melindrosa, devido à estreita relação da SWAPO com o regime da antiga RDA. Isso não impediu a visita oficial do chanceler Helmuth Kohl e do presidente Roman Herzog à Namíbia, respectivamente em 1995 e 1998, bem como à do presidente Sam Nujoma à Alemanha em 1996. Nessa ocasião, Sam Nujoma participou da inauguração do memorial em

homenagem às “vítimas do domínio colonial alemão” (*Opfer der deutschen Kolonialherrschaft*), em Bremen, no norte da Alemanha.

As relações diplomáticas entre a Alemanha e a Namíbia foram um pouco abaladas quando, em 2001, dois processos foram abertos nos Estados Unidos pelos representantes do grupo Herero com vista a obter reparações num valor superior a quatro bilhões de dólares. A posição oficial do governo da Namíbia foi dúbia, uma vez que a Alemanha era um dos seus principais parceiros em projetos de desenvolvimento (MELBER, 2004, p. 223).

Embora o discurso oficial do presidente Nujoma sempre tenha tido um caráter nacionalista, o genocídio Herero nunca foi qualificado de “trauma nacional” pelo seu governo. Cabe lembrar que a Aliança Democrática da Turnhalle é o partido da preferência majoritária dos eleitores Herero. A SWAPO tem sua maior base eleitoral entre o eleitorado do grupo Ovambo. Esse é um dado que ajuda a compreender a ambiguidade do governo de Nujoma em reconhecer o genocídio como um trauma nacional. No entanto, o líder Herero, Kuaima Riruako, afirmou que a causa dos Herero é uma causa nacional. A nova historiografia alemã diverge, portanto, do discurso oficial da SWAPO em relação à representação do genocídio, mas afina-se àquela dos representantes do grupo Herero, minoria étnica que representa algo em torno de 10% da população total da Namíbia.

Comemorações com diferentes ancoragens locais pelo território nacional

Embora a historiografia alemã tenha somente nos últimos anos tratado criticamente a guerra colonial no sudoeste africano, uma série de comemorações em torno de alguns acontecimentos traumáticos desde a década de 1920 tem tido ocorrência em diferentes lugares do território namibiano. Nesse sentido, as memórias de descendentes alemães e dos grupos Herero e Nama não deixaram de lembrar acontecimentos trágicos do período colonial.

Para Koselleck (1987, p. 9), toda comunidade humana dispõe de um espaço de experiência vivida, a partir do qual as pessoas agem

e no qual o que passou se faz presente pela memória ou pela história e pelos rituais de comemoração de uma experiência pretérita. Da mesma forma, as pessoas comungam um horizonte de expectativa, em função do qual elas também agem. As lembranças ou o esquecimento de uma experiência passada condicionam o horizonte de expectativa.

Nas sociedades pós-coloniais, geralmente compostas por vários grupos étnicos, a história nacional pode divergir da(s) memória(s) de cada grupo étnico. Cabe lembrar que a história e a memória registram de forma distinta a experiência. Apesar do dever de memória nos interpelar por reparações ou por comemorações, essas não substituem a experiência cuja irreversibilidade não nos permite reviver o acontecido tal como aconteceu. A memória opera, no entanto, com a lembrança da experiência vivida na ordem da meta-história. Essa relação entre memória e experiência pode ser demonstrada no caso do genocídio ocorrido na antiga colônia alemã do sudoeste africano durante a guerra colonial.

Desde a década de 1920, os sobreviventes dos grupos Herero e Nama e, posteriormente, seus descendentes, comemoram acontecimentos alusivos às suas respectivas experiências nas guerras coloniais (1904-1908). Mesmo os alemães e seus descendentes tinham “seus traumas” para rememorar (FÖRSTER, 2004, p. 209). Assim, desde o início do mandato sul-africano até hoje, essas três minorias étnicas da Namíbia comemoram acontecimentos marcantes para suas respectivas comunidades.

Cabe ressaltar que um acontecimento marcante para uma coletividade é, geralmente, compartilhado pelos seus membros. Compartilhar uma experiência é o que lhe confere um caráter social (LECLERC-OLIVE, 1998; PETT, 1991). A memória de um acontecimento não se faz apenas pela experiência vivida, mas pela(s) forma(s) de compartilhar tal acontecimento. A memória coletiva de um acontecimento não é a soma de memórias individuais sobre ele. Para a organização e a atualização da memória coletiva, desempenham importante função os ritos de comemoração de um acontecimento passado.

Na atual Namíbia, os descendentes alemães comemoram o *Waterber-Tag*, os Herero o *Ohamakari Day* e os Nama o *Heroes Day*.

Essas três comemorações fazem alusão a três acontecimentos distintos. Elas não são apenas meras homenagens aos antepassados mortos durante a guerra em diferentes locais do território nacional, também servem à identidade dos descendentes de cada grupo e à atualização das suas memórias coletivas.

Além das comemorações, as novas gerações são inteiradas do acontecido pela leitura simbólica de certas paisagens ou pela visita a lugares de memória como um cemitério. No caso dos Herero, o traslado do corpo do líder Samuel Maharero (1854-1923) e seu enterro em Okahandja em 1923 marcaram um renascimento simbólico do grupo. Essa cerimônia passou então a fazer parte das comemorações dos Herero. Além do culto religioso, tem-se também uma parada militar com integrantes representando soldados cujos uniformes lembram aqueles das tropas alemãs.

Entre os Herero, comemora-se também o *Ohamakari Day*. O local da comemoração anual tem valor histórico e simbólico, pois ali iniciou-se a fuga pelo deserto de Omaheke, que resultou na morte de milhares de homens, mulheres, crianças e velhos (FÖRSTER, 2004, p. 213-214). Entre os Nama, o *Heroes Day* realiza-se em Gibeon, região de maior concentração dos Nama-Wittboi à época da guerra colonial (KÖSSER, 2004, p. 180). Além de cerimônia religiosa, o *Heroes Day* integra representações de acontecimentos históricos marcantes para a comunidade. Essas representações variam, pois o tema pode ser a última batalha do grande líder dos Nama, o Capitão Hendrik Witbooi (1830-1905), ou um ataque da *Schutztruppe* à fortaleza natural de montanhas onde se encontravam os Nama-Witbooi em 1904 etc.

Já os descendentes alemães, comemoram o *Waterberg-Tag* no cemitério de Waterberg, onde muitos antepassados seus tombaram e estão ali enterrados. Esse cemitério tornou-se um lugar de memória para uma minoria branca na Namíbia. Afinal, ele se tornou um monumento de guerra. Além disso, ele foi ponto de referência para a identidade dos sobreviventes e, posteriormente, dos seus descendentes.

Com várias ancoragens locais pelo território nacional, essas diferentes festas, efemérides e comemorações denotam a permanência de idiossincrasias das memórias coletivas na sociedade contemporânea da Namíbia (FÖRSTER, 2004, p. 214).

Compartilhando a experiência alheia e de alhures

A analogia entre experiências africanas e judaicas não se resume ao genocídio. Em sua biografia, publicada em Londres, em 1789, o escritor africano Equiano tratou de forma análoga o estado pastoral de sua comunidade com a organização do povo de Abraão.¹² No século XIX, alguns intelectuais afro-americanos fizeram analogias entre a experiência dos antepassados desterrados pelo tráfico atlântico de escravos e a diáspora dos judeus. Posteriormente, a condição histórica, existencial ou social dos africanos e afro-americanos suscitou outras analogias por parte de William E. B. du Bois, William Leo Hansberry, Jean-Paul Sartre, Albert Memmi e outros intelectuais.

No caso do genocídio dos Herero que, inclusive, precedeu o holocausto judeu, a analogia não foi somente da experiência traumática em comum. O reconhecimento do holocausto e as medidas de reparação foram também experiências alheias que representantes dos Herero tiveram como um antecedente para obter também o reconhecimento do genocídio e uma reparação.¹³

Na Namíbia, a substituição de nomes de ruas e a inauguração de novos monumentos e memoriais também se valem de experiências de outros países, inclusive vizinhos. Tais processos têm demonstrado o quanto sociedades pós-coloniais buscam reparar traumas coletivos no campo simbólico. Para isso, tanto o dever de memória quanto a reescrita da história tem dado suas contribuições. Isso não elimina as dificuldades em reescrever uma história nacional que possa tratar com equidade as experiências passadas de cada grupo étnico. Como afirmou Michel de Certeau (2002, p. 93), o lugar que a história destina ao passado é igualmente um modo de dar lugar a um futuro.

Mas memória e história relacionam-se de forma distinta com o acontecimento. Para Pierre Nora, a memória é a lembrança de uma experiência vivida, presente e aberta a transformações sucessivas, geralmente inconscientes para as pessoas. A memória é suscetível a períodos de longa latência, mas ela pode de chofre ser despertada.¹⁴ Se há nela uma tendência ao absoluto, sacralizando a lembrança, a história é sempre relativa, implicando crítica e análise. A relação da história com a experiência pretérita não é a mesma que se opera entre memória e passado. A história é uma construção sempre

problemática e incompleta do que já não é mais, mas que deixou vestígios. São esses vestígios, discursivos ou não, que permitem que acontecimentos sejam discerníveis.

A maneira de articular os acontecimentos anteriores e ulteriores difere também a história da memória. A elaboração do enredo do que aconteceu, integrando os acontecimentos num conjunto explicativo coerente, depende do historiador. Nesse sentido, memória e história podem até mesmo se opor.

Mas mesmo quando ambas apresentam consonâncias, isso não significa consenso político entre as eventuais partes envolvidas. Durante a sua visita oficial à Namíbia, em 1998, o presidente alemão Roman Herzog chegou a mencionar os “erros do passado”, mas não assumiu oficialmente qualquer responsabilidade em relação ao genocídio, embora representantes dos Herero tenham se manifestado naquela ocasião com o intuito de obter um reconhecimento por parte do presidente alemão.

Dois anos depois, ocorreu o primeiro encontro oficial dos representantes dos Herero e o Comissariado dos Direitos Humanos das Nações Unidas em Genebra.¹⁵ Apesar de certo impacto na mídia, a partir de uma série de documentários realizados por emissoras de vários países como a França, a África do Sul e mesmo a Alemanha, e várias matérias na imprensa europeia, o governo alemão não se viu obrigado por nenhuma instância jurídica a versar uma indenização por reparo ao genocídio. No entanto, desde 2004, a Alemanha comprometeu-se a aumentar sua ajuda econômica para o desenvolvimento da Namíbia.¹⁶

Além de medidas de reparação, outras ações foram realizadas com o fito de descolonizar a memória, de “reaver o passado”. Entre elas, destaca-se o projeto “Arquivo da resistência anticolonial e da luta pela libertação” (*Archiv des antikolonialen Widerstands und des Befreiungskampfes*) do Arquivo Nacional da Namíbia. Em 2008, a bibliotecária da Universidade da Namíbia e representante do ANN, Ellen Namhila, esteve na Alemanha, onde recebeu importante doação de uma série de documentos (em versão digitalizada) para a história da Namíbia. Em entrevista, a senhora Namhila afirmou que “o nosso passado foi roubado”; por isso, a importância de receber aquela doação. Acrescentou que “a identidade de um povo se baseia na história, ela é o núcleo de todo o desenvolvimento porvir”.¹⁷

Vale ainda acrescentar que o Museu/Memorial da Independência da Namíbia foi concebido no bojo desse processo de descolonização. Nesse caso, houve uma preocupação com a própria arquitetura do prédio, visando a romper com uma herança arquitetônica dos tempos coloniais, ainda muito presente no patrimônio urbano de Windhoek (ZELLER, 2004, p. 203).

Além da nova orientação para arquivos e museus, outras ações públicas inscrevem-se nesse processo de descolonização da memória como a substituição de nomes de ruas, retirada ou derrubada de monumentos e a inauguração de novos monumentos. Cabe lembrar que a mudança de nomes faz parte de um projeto nacional de “nami-bização” pós-independência.¹⁸ Na capital Windhoek, a antiga Avenida Curt von François passou a ser chamada *Sam Nujoma Drive*. Em Swakopmund, a antiga *Kaiser Wilhelm Strasse* tornou-se *Sam Nujoma Avenue*. Em Keetmanshoop, também a *Kaiser Street* foi rebatizada de *Sam Nujoma Drive*, em homenagem ao primeiro presidente da Namíbia.¹⁹ Cabe lembrar que uma primeira mudança de nomes de ruas ocorreu durante a ocupação sul-africana em agosto de 1914.

Talvez o mais importante memorial da Namíbia pós-independência seja o “Heroes Acre”.²⁰ Do relevo plástico do memorial, tem-se a representação da luta pela libertação da Namíbia, desde a guerra colonial até a independência. Nesta narrativa memorialista, há uma concepção teleológica da história. Há também uma linearidade desde os “heróis da resistência” ao colonialismo alemão até os “heróis da independência” que lutaram contra a dominação sul-africana. Enfim, trata-se de um tributo aos heróis da pátria. Dito de outra maneira, um memorial nacional à resistência negra da Namíbia contra o poder branco vigente sob o período colonial alemão e, posteriormente, sob o mandato sul-africano.

Ao mesmo tempo em que novos memoriais são inaugurados, há protestos contra monumentos do período colonial. Em 1993, numa sessão parlamentar, uma deputada da SWAPO criticou o monumento em homenagem ao fundador da colônia alemã do sudoeste africano, o comerciante de Bremen, Adolf Lüderitz. Nessa ocasião, Michaela Hübschle reclamou da falta de um memorial aos prisioneiros mortos no campo de concentração em *Shark Island*, a pequena ilha da localidade de Lüderitz (ZELLER, 2004, p. 203).

Em Swakopmund, o Memorial da Marinha também foi alvo de críticas. Erguido em 1908, esse Memorial foi uma homenagem aos batalhões navais da marinha alemã que deram apoio às ações militares da tropa alemã. A professora de história Elisabeth Khaxas fez uma “leitura a contrapelo” desse “lugar de memória”:

Esse memorial é uma homenagem aos soldados alemães que iniciaram o genocídio. Eles mataram muita gente, eles acabaram com 75% do povo Herero, mas eles aparecem como heróis. Por que nós não temos ainda nenhum monumento para lembrar as vítimas? Esse monumento é um signo da destruição, da desumanidade sofrida por um povo negro deste país.²¹

O processo de descolonização ocorre também na Alemanha. Em 1985, um grupo de historiadores alemães foi convidado a dar seu veredito em torno da questão do genocídio dos Herero.²² O encontro contou ainda com autoridades políticas locais e ocorreu em Münster, após a polêmica sobre a palavra *Völkermord* (= genocídio), que apareceu numa homenagem de autoria da organização não governamental *Arbeitskreis Afrika* (AKAFRIK).²³

Outros monumentos e memoriais em homenagem às vítimas do colonialismo também tiveram lugar na Alemanha.²⁴ Na cidade hanseática de Bremen, um monumento de 1932, por iniciativa da então *Deutsche Kolonialgesellschaft*, em homenagem à época colonial, tornou-se um monumento do anticolonialismo, em 1996, numa ação de grupos da sociedade civil. Para a cerimônia de inauguração da placa em homenagem às vítimas do domínio colonial alemão compareceu o então presidente da Namíbia: Sam Nujoma.

Na Alemanha, alguns nomes de ruas também foram substituídos. No centro de Munique, por exemplo, a *Von Trotha-Strasse* passou a ser chamada *Hererostrasse*. Tal mudança ocorreu no dia 9 de novembro de 2007. Essa talvez tenha sido a mais emblemática alteração, pois abandonou-se o nome do autor da ordem de extermínio em prol do etnônimo do grupo vítima de sua sanha.

Em Berlim, a rua dos Mouros (*Mohrenstraße*) teve o seu nome por alvo das mudanças propostas por certas organizações. Uma

proposta é mudar o nome para *Nelson Mandela Straße*.²⁵ Essa homenagem póstuma emerge num contexto de conflito de interesses, pois outras organizações querem dar o nome de Nelson Mandela a uma praça na capital alemã. Para essa mesma praça, outros reivindicam o nome do líder herero Samuel Maherero.²⁶

Considerações finais

Remover um monumento ou erguer outro em seu lugar são operações simbólicas que não se fazem sem efeitos colaterais em sociedades pós-coloniais. Em Windhoek, acontecimentos recentes como o desmonte do *Reiterdenkmal* e a inauguração de uma estátua de Sam Nujoma inscrevem-se, respectivamente, num processo de descolonização. Porém, o passado colonial da Namíbia é plural e tem múltiplos significados para os grupos que compõem a sociedade. Alguns deles colidem com o significado “oficial” do partido no poder desde a independência nacional.

Na Namíbia, mas também na Alemanha, uma questão recorrente nos estudos pós-coloniais tem sido o genocídio ocorrido durante a guerra colonial. Considerado por alguns como um “trauma nacional”, ele ocorreu durante o domínio colonial alemão no sudoeste africano. Desse modo, seria mais coerente, historicamente, considerá-lo como um “trauma pré-nacional” da Namíbia atual.

Desde o mandato sul-africano, os sobreviventes e descendentes dos grupos envolvidos na guerra colonial não deixaram de lembrar os acontecimentos traumáticos. Mas a evolução dessa memória já pode ser objeto do estudo da história. Afinal, a história tem a vantagem de discernir as mudanças na memória coletiva. Ela permite sua reconstrução no tempo, não o passado tal como se passou, mas suas reutilizações permanentes, seus usos e abusos, suas marcas impregnadas no tempo presente (NORA, 1993, p. 24).

Distinta da memória, a história favorece uma abordagem do acontecimento passado como emergência, inscrito dentro de um esquema compreensivo, numa construção narrativa. Desse modo, o genocídio dos Herero pode também ser inserido numa série de outros (armênio, judeu, tutsi...). Pela escrita da história, o acontecimento

retorna “supersignificado” (RICOEUR, 1991, p. 55). Por isso, alguns historiadores podem relacionar certos genocídios com regimes autoritários, com o imperialismo, enquanto outros como um fato inerente ao colonialismo.²⁷ Algumas dessas interpretações históricas permitem analogias e desdobramentos.²⁸ Estudos comparados sobre genocídios demonstram também as diferenças, por exemplo, entre o que aconteceu na Namíbia, na Califórnia e na Tasmânia (MADLEY, 2004; STEINMETZ, 2005).

Assim como a memória, a história de um genocídio pode servir às minorias étnicas para reivindicar melhor visibilidade num contexto pós-colonial. Mas se o dever de memória é um imperativo que interpela os historiadores, estes não são “guardiões da memória”. Como lembra Roger Chartier (2002, p. 100), o historiador tem a função, talvez desmedida, de transmitir um conhecimento apropriado, verificado, dessa “população de mortos”. Nesse sentido, as ossadas descobertas no início do século XXI no deserto próximo à cidade de Lüderitz são vestígios que interpelam nosso dever de memória e nosso poder de reescrever a história de um acontecimento traumático.

HISTORY, MEMORY AND (GERMAN) COLONIALISM IN QUESTION

Abstract: This article aims to reflect on the forms of sharing experience(s) through the memory and the history. This article takes a closer look at few examples of commemorations historical events that had been taking place during the Colonial War (1904-1908) in Southwest Africa (now Namibia) and at the process of decolonization in Namibia as well as in Germany, which takes place by means of petitions for reparations or protests against monuments from the (post-)colonial period.

Keywords: Colonialism. Namibia. Postcolonial Criticism. Memory. Commemoration.

Notas

¹ Imagens da primeira remoção foram disponibilizadas na internet pelo jornal de Windhoek, *Allgemeine Zeitung*. Disponível em: <http://az.com.na/fotogalerie/reiterdenkmal-vom-sockel-gehoben.92031.php>. Acesso em: 15 fev. 2014.

² Namibier äußern Erstaunen und Entsetzen. Allgemeine Zeitung, Windhoek, 27.12.2013 Disponível em: <http://az.com.na/politik/namibier-u-ern-erstaunen-und-entsetzen.415085>. Acesso em: 13 mar. 2014.

³ Disponível em: <http://www.az.com.na/lokales/der-reiter-muss-weg.412212>. Acesso em: 13 fev. 2014.

⁴ Disponível em: <http://www.namibiana.de/namibia-information/pressemeldungen/artikel/politisches-spiel-um-reiter-von-suedwest-geht-weiter.html>. Acesso em: 13 fev. 2014.

⁵ Disponível em: <http://197.84.200.16/oreader/?sessionId=87b54527-06dd-4b44-b18f-53798d53c438&productKey=265081&pageNo=0#jpg;api=mysubs;product=265081;page=0>. Acesso em: 13 fev. 2014.

⁶ A recente historiografia namibiana ainda busca se “descolonizar” da influência historiográfica sul-africana. Ao mesmo tempo, ela ainda se depara com o peso da autoridade dos historiadores alemães e sul-africanos cujos trabalhos, em termos quantitativos e qualitativos, deixam pouca margem de inovação e visibilidade para os jovens historiadores da Namíbia. No campo historiográfico, por exemplo, quando o assunto é o colonialismo na África austral (incluindo o sudoeste africano) o mercado editorial é quase um monopólio de historiadores “brancos” da Alemanha, da Inglaterra, da Holanda e da África do Sul. As poucas exceções são autores namibianos que estudaram no exterior ou desempenham funções de representação oficial no exterior como o cientista político e embaixador Peter Katjavivi, autor do livro intitulado *A History of Resistance in Namibia*, Paris: UNESCO, 1988.

⁷ Em matéria de jornal, a historiadora namibiana, falecida em 1996, em trágico acidente de carro, refutou a interpretação do genocídio. LAU, Brigitte ‘Uncertain certainties: The Herero-German War of 1904’, *Mibagus*, 2 (April 1989) p. 4-5. Mais tarde, o historiador alemão Tilman Dederling, da University of South Africa, replicou os argumentos de Lau. Cf. DEDERING, T. ‘The German-Herero War of 1904: Revisionism of genocide or imaginary historiography?’ *Journal of Southern African Studies* n. 19. v. 1, 1993. p. 80-88.

⁸ Sobre esse assunto, ver o interessante capítulo do historiador Pascal Ory, Du rôle des historiens dans des procès récents. In: BACOT, Jean-Pierre; COQ, Christian (sous la direction de), *Travail de mémoire 1914-1998. Une nécessité dans un siècle de violence*. Paris: Autrement, Collection Mémoires, n. 54, janvier 1999. Também o artigo de Jean-Pierre Rioux, “Pas de tribunal de l’histoire”, *Le Monde des débats*, 12/1999.

⁹ Os números de mortos variam de um historiador para outro. Os números aqui citados têm como referência os cálculos do historiador alemão Horst Gründer (1995, p. 121), mas o holandês Henri Wesseling (2004, p. 367) apresenta outros cálculos: do lado herero seriam 80 mil em 1904 e algo em torno de 20 mil em

1906. Entre os 17 mil homens europeus que a Alemanha engajou ao longo dessa guerra colonial, 2 mil perderam a vida. Ver: GRÜNDER, Horst. *Geschichte der deutschen Kolonien*. München: UTB, 1995; WESSELING, Henri. *Les empires coloniaux européens 1815-1919*. Paris: Gallimard, 2004.

¹⁰ Em Londres, Kozonguizi foi o representante da União Nacional do Sudoeste Africano (SWANU). Kozonguizi seguia uma linha acentuadamente pró-chinesa. Ver D. Kimche. “A África negra e o movimento de solidariedade dos povos afro-asiáticos.” *Afro-Ásia*, n. 8/9, 1969, p. 93-117.

¹¹ Após a independência da Namíbia (1990), houve uma nova divisão geopolítica das fronteiras internas entre os territórios tradicionais de determinados grupos étnicos. Da antiga divisão colonial relativa à *Ovamboland*, quatro novas províncias foram criadas: Omusati, Oshana, Ohangwena e Oshikoto.

¹² Equiano. *Ma véridique histoire*. (traduit de l’anglais, présenté et annoté par Régine Mfoumou-Arthur) Paris: Éditions L’Harmattan, 2008, p. 81.

¹³ Sobre o valor total da reparação, ver “German minister says sorry for genocide in Namibia” *The Guardian*, (16/08/2004). Disponível em: www.guardian.co.uk/world/2004/aug/16/germany.andrewmeldrum. Acesso em: 16 fev. 2014).

¹⁴ Pierre Nora et le métier d’historien. «La France malade de sa mémoire», Propos recueillis par Jacques BUOB et Alain FRACHON, *Le Grand Entretien*, *Le Monde* 2, n. 105, 18 février 2006.

¹⁵ Após a abertura dos processos nos EUA por representantes legais dos Herero, vários artigos acadêmicos trataram (HARRING, 2002; ANDERSON, 2005; COOPER, 2007) do argumento e das implicações legais do processo de reconhecimento do primeiro genocídio do século XX.

¹⁶ “Germany admits Namibia genocide” BBC News (14/08/2004). Disponível em: <http://news.bbc.co.uk/2/hi/africa/3565938.stm>. Acesso em: 16 fev. 2010; “Germany regrets Namibia ‘genocide’”, BBC News (12/02/2004). Disponível em: <http://news.bbc.co.uk/2/hi/africa/3388901.stm>. Acesso em: 16 fev. 2014.

¹⁷ “Unsere Vergangenheit wurde uns geraubt” - Interview von Anja Bochtler mit Ellen Namhila, Vertreterin der Archive des anticolonialen Widerstands - und Befreiungskampfes in Namibia; *Badische Zeitung* vom 15.5.2008, S. 22 Disponível em: www.freiburg-postkolonial.de/Seiten/2008-AACRLS-Uebergabe.htm. Acesso em: 15 fev. 2014.

¹⁸ Sobre alguns exemplos da “namibização”, ver Bader (1987, p. 167-181).

¹⁹ ZELLER, Joachim. Symbolische Politik. Anmerkungen zur kolonialdeutschen Erinnerungskultur, in ZIMMERER, Jürgen; ZELLER, Op. cit., p. 204. Ver também SPEITKAMP, Winfried, “Kolonialherrschaft und Denkmal. Afrikanische und deutsche Erinnerungskultur im Konflikt”. In: MARTINI, W. (Hg.): *Architektur und Erinnerung*, Göttingen, 2000. p. 165-190.

²⁰ Para uma análise histórica sobre os principais monumentos do período colonial e pós-colonial na Namíbia, ver ZELLER, Joachim. *Kolonialdenkmäler und Geschichtsbewußtsein. Eine Untersuchung der kolonialdeutschen Erinnerungskultur*, Frankfurt/M. 2000; ZELLER, Joachim. “Kolonialkrieg und Denkmal. 100 Jahre Politik mit der Erinnerung”. In: FÖRSTER, Larissa et al. *Namibia – Deutschland: Eine geteilte Geschichte. Widerstand, Gewalt, Erinnerung*, Köln, 2004. p. 124-143.

²¹ Elisabeth Khaxas concedeu entrevista para o documentário *O fim do Sudoeste Alemão* (Das Ende von Deutsch-Südwest), realizado pela Westdeutschen Rundfunk em 1994.

²² A organização *Arbeitskreis Afrika* (AKAFRIK) convidou os seguintes historiadores a participar do debate: Horst Gründer (Universidade de Münster), Manfred Hinz (Universidade de Bremen), Henning Melber (Universidade de Kassel) e Helmut Bley (Universidade de Hannover).

²³ “Nós lembramos as vítimas do genocídio (*Völkermord*) sob domínio colonial alemão na Namíbia.” Com essa frase foi aberto, durante os anos de 1984 e 1985, em Münster, na Alemanha, um profícuo debate em torno do acontecimento histórico ocorrido durante a guerra colonial de 1904-1908.

²⁴ Sobre a “descolonização da cultura da lembrança” (*Entkolonisierung der Erinnerungskultur*) na Alemanha, ver o projeto de Hamburgo. Disponível em: <http://www.afrika-hamburg.de/denkmal5.html>.

²⁵ «Mandela statt Mohren» Initiative will an südafrikanischen Nationalhelden statt am Schloss an der Mohrenstraße erinnern. Der Tagesspiegel. Berlin, 13/12/2013. Disponível em: www.tagesspiegel.de/berlin/mandela-statt-mohren/9212240.html. Acesso em: 13 fev. 2014

²⁶ Stephan Wiehler. Berlins Schlossplatz sollte nach Samuel Mahrero benannt werden. Der Tagesspiegel. Berlin, 16/12/2013. Disponível em: www.tagesspiegel.de/meinung/anstatt-nelson-mandela-platz-berlins-schlossplatz-sollte-nach-samuel-maherero-benannt-werden/9222806.html. Acesso em: 13 fev. 2014.

²⁷ A relação entre colonialismo e extermínio já se encontra num discurso do social-democrata, August Bebel, pronunciado numa sessão do Reichstag em 1889. “*Wo immer wir die Geschichte der Kolonialpolitik in den letzten drei Jahrhunderten aufschlagen, überall begegnen wir Gewalttätigkeiten und der Unterdrückung der betreffenden Völkerschaft, die nicht selten schliesslich mit deren vollständiger Ausrottung endet.*” August Bebel apud Gründer, Horst (Hrg.) “[...] da und dort junges Deutschland gründen.” *Rassismus, Kolonien und kolonialer Gedanke vom 16. bis zum 20. Jahrhundert*. München: DTV, 1999, p. 233.

²⁸ Há uma tendência historiográfica em comparar o regime colonial, o genocídio dos Herero, os campos de concentração e os trabalhos forçados dos prisioneiros do sudoeste africano com o regime nazista, o holocausto judeu, os campos de concentração e os trabalhos forçados de prisioneiros durante a II Guerra Mundial.

Ver, por exemplo, o artigo de Benjamin Madley, “From Africa to Auschwitz: How German South West Africa Incubated Ideas and Methods Adopted and Developed by the Nazis in Eastern Europe” (*European History Quarterly*, 35:3 (2005, p. 429-464). Embora o termo *Konzentrationslager* apareça oficialmente pela primeira vez em 11 de dezembro de 1904, numa carta de Bülow ao general Lothar von Trotha, Walter Nuhn (1997, p. 351) mostrou que o campo de concentração do sudoeste africano não cumpriu com as mesmas funções do KZ da época nazista. Já o historiador Jürgen Zimmerer (2004), tratou dos primeiros campos de concentração sob o regime colonial na Deutsche Südwest-Afrika, articulando aspectos dessa experiência com seu desdobramento nos tempos do III Reich.

Referências

- ANDERSON, Rachel J. Redressing Colonial Genocide Under International Law: The Hereros’ Cause of Action Against Germany. *Scholarly Works*, 2005. Paper 288. Disponível em: <http://scholars.law.unlv.edu/facpub/288>.
- BADER, Christian. *La Namibie*. Paris: Karthala, 1997.
- BLEY, Helmut. *Kolonialherrschaft und Sozialstruktur in Deutsch-Südwestafrika 1894-1914*. Hamburg: Leibniz-Verlag, 1968
- BREHL, Medardus. *Vernichtung der Herero. Diskurse der Gewalt in der deutschen Kolonialliteratur* (Gemeinschaftsgüter: Recht, Politik und Ökonomie), Paderborn: Fink Verlag, 2007.
- _____. Der Völkermord an den Herereo 1904 und seine zeitgenössische Legitimation. In: BRUMLIK, Micha; WOJAK, Irmtrud: *Völkermord und Kriegsverbrechen in der ersten Hälfte des 20. Jahrhunderts*. Frankfurt: Campus, 2004. p. 77-98.
- CERTEAU, Michel. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.
- CHARTIER, Roger. *À Beira da Falésia*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2002.
- COPPER, Allan D. Reparations for the Herero Genocide: Defining the limits of international litigation. *African Affairs*, n. 106, v. 422, p. 113-126, 2007.
- DABAG, Mihran; GRÜNDER, Horst; KETELSEN Uwe-Karsten (Hrgs.) *Kolonialismus, Kolonialdiskurs und Genozid*. Paderborn: Fink Verlag, 2004.
- DEDERING, T. The German-Herero War of 1904: Revisionism of genocide or imaginary historiography? *Journal of Southern African Studies*, n. 19. v. 1, 1993, p. 80-88.

DIENER, Ingolf. *Namibie*. Une histoire, un devenir, Paris: Karthala, 2000.

DRESCHLER, Horst. *Aufstände in Südwestafrika. Der Kampf der Herero und Nama 1904 bis 1907 gegen die deutsche Kolonialherrschaft*. Berlin (Ost): Akademie-Verlag, 1966.

ECKERT, Andreas. Namibia – ein deutscher Sonderweg in Afrika?. In: ZIMMERER, Jürgen; ZELLER, Joachim (Hrsg.) *Völkermord in Deutsch-Südwestafrika: Der Kolonialkrieg (1904-1908) in Namibia und seine Folgen*. Berlin: Ch. Links Verlag, p. 226-238, 2004.

FÖRSTER, Larissa. From ‘General Field Marshal’ To ‘Miss Genocide’. The Reworking of Traumatic Experiences among Herero-Speaking Namibians, *Journal of Material Culture*, v. 13, n. 2, p. 175-194, 2008.

_____. Der deutsche Friedhof am Waterberg. In: ZIMMERER, Jürgen; ZELLER, Joachim (Hrsg.) *Völkermord in Deutsch-Südwestafrika: Der Kolonialkrieg (1904-1908) in Namibia und seine Folgen*. Berlin: Ch. Links Verlag, p. 209-214, 2004.

GEWALD, Jan Bart. Die Beerdigung von Samuel Maharero und die Reorganisation der Herero. In: ZIMMERER, Jürgen; ZELLER, Joachim (Hrsg.) *Völkermord in Deutsch-Südwestafrika: Der Kolonialkrieg (1904-1908) in Namibia und seine Folgen*. Berlin: Ch. Links Verlag, p. 171-191, 2004.

_____. *Herero Heroes. A Socio-Political History of the Herero of Namibia 1890-1923*. Athens: Ohio University Press, 1999.

GRÜNDER, Horst. Genozid oder Zwangsmodernisierung? Der Moderne Kolonialismus in universalgeschichtlicher Perspektive. In: DABAG, Mihran; PLATT, Kristin (Hrg.) *Genozid und Moderne. Strukturen kollektiver Gewalt im 20. Jahrhundert*. Opladen, p. 135-151, 1998.

_____. *Geschichte der deutschen Kolonien*. München: UTB, 1995.

HAMMANN, Christof (Hrsg.). *Afrika – Kultur und Gewalt*. Hintergründe und Aktualität des Kolonialkriegs in Deutsch-Südwestafrika. Seine Rezeption in Literatur, Wissenschaft und Populärkultur (1904-2004). Inserloh: Institut für Kirche und Gesellschaft, 2005.

HARRING, S. German reparations to the Herero nation: An assertion of Herero nationhood in the path of Namibian development, *West Virginia Law Review*, 104, p. 397-398, 2002.

HULL, Isabel V. *Absolute Destruction*. Military Culture and this Practices of War in Imperial Germany, Ithaca/NY: Cornell University Press, 2005.

KOSELLECK, Reinhart. *Vergangene Zukunft*. Zur Semantik geschichtlicher Zeiten. Frankfurt: Suhrkamp, 1989.

_____. Erfahrungswandel und Methodenwechsel. Eine historische-anthropologische Skizze. In: MEIER, C.; RÜSEN, J. (Hrsg.). *Historische Methode*. München: Deutscher Taschenbuch-Verlag, p. 13-61, 1988.

_____. Kriegerdenkmale als Identitätstiftungen der Überlebenden. In: MARQUARD, Odo; STIERLE, Karlheinz (Hrsg.). *Identität*. München, 1979. p. 255-276.

KÖSSLER, Reinhard; MELBER, Henning. Völkermord und Gedenken. Der Genozid an den Herero und Nama in Deutsch-Südwestafrika 1904-1908. In: BRUMLIK, Micha; WOJAK, Irmtrud. *Völkermord und Kriegsverbrechen in der ersten Hälfte des 20. Jahrhunderts*. Campus, Frankfurt, p. 37-76, 2004.

_____. A luta continua: Estratégica Orientierung und Erinnerungspolitik am Beispiel des «Heroes Day» der Witbooi in Gibeon. In: ZIMMERER, Jürgen; ZELLER, Joachim (Hrsg.). *Völkermord in Deutsch-Südwestafrika. Der Kolonialkrieg (1904-1908) in Namibia und seine Folgen*. Berlin: Links Verlag, p. 189-190, 2004.

KRÜGER, Gesine. *Kriegsbewältigung und Geschichtsbewußtsein*. Realität, Deutung und Verarbeitung des deutschen Kolonialkriegs in Namibia 1904 bis 1907. Göttingen, 1999.

LECLERC-OLIVE, Michèle. Les figures du temps biographique, *Revue internationale de Sociologie*, v. 104, p. 97-120, 1998.

MADLEY, Benjamin. Patterns of frontier genocide 1803-1910: the Aboriginal Tasmanians, the Yuki of California, and the Herero of Namibia. *Journal of Genocide Research*, n. 6. v. 2, p. 167-192, 2004.

MELBER, Henning. Wir haben überhaupt nicht über Reparationen gesprochen. Die namibisch-deutsche Beziehungen: Verdrängung oder Versöhnung?. In: ZIMMERER, Jürgen; ZELLER, Joachim (Hrsg.). *Völkermord in Deutsch-Südwestafrika. Der Kolonialkrieg (1904-1908) in Namibia und seine Folgen*. Berlin: Links Verlag, p. 215-225, 2004.

NORA, Pierre. *Les lieux de mémoires*. Paris: Gallimard, 1993.

NUHN, Walter. Feind überall. *Guerillakrieg in Südwest*. Der große Nama-Aufstand 1904-1908 Bonn: Bernhard & Graefe-Verlag, 2000.

_____. *Sturm über Südwest*. Der Hereroaufstand von 1904. Bonn: Bernhard & Graefe-Verlag, 1989.

PETIT, Jean-Luc. La constitution de l'événement social. *Raisons Pratiques* (Dossier l'événement en perspective), n. 2, EHESS, p. 09-38, 1991.

POEWE, Karla. *The Namibian Herero*. A History of their Psychosocial Disintegration and Survival, Lewiston/NY; Queenston/Ontario: Edwin Mellen Press, 1985.

RICOEUR, Paul. *La mémoire, l'histoire, l'oubli*, collection L'ordre philosophique, Paris: Seuil, 2000.

_____. Événements et sens. *Raisons Pratiques* (Dossier l'événement en perspective), n. 2, EHESS, p. 41-56, 1991.

SCHEULEN, Peter. *Die "Eingeborenen" Deutsch-Südwestafrikas*. Ihr Bild im deutschen Kolonialzeitschriften 1884-1918, Köln: Ruediger Koeppe Verlag, 1998.

SCHUBERT, Michael. *Der schwarze Fremde*. Das Bild des Schwarzeafrikaners in der parlamentarischen und publizistischen Kolonialdiskussion in Deutschland von den 1870er bis in die 1930er Jahre. Stuttgart: Franz Steiner Verlag, 2003.

SPEITKAMP, Winfried. Kolonialherrschaft und Denkmal. Afrikanische und deutsche Erinnerungskultur im Konflikt. In: MARTINI, Wolfram (Hrsg.). *Architektur und Erinnerung*, Göttingen, 2000. p. 165-190.

STEINMETZ, George. Return to Empire: The New U.S. Imperialism in Comparative Historical Perspective. *Sociological Theory*, v. 23, n. 4, p. 339-367, 2005.

WASSINK, Jörg. *Auf den Spuren des deutschen Völkermordes in Südwestafrika: Der Herero-/Namaufstand in der deutschen Kolonialliteratur; eine literarhistorische Analyse*. München: M.Press, 2004.

WENDT, Reinhard. O olhar para além das fronteiras continentais: história extra-européia na recente historiografia [de língua] alemã" (tradução de Sílvia M. de S. Correa). In: GERTZ, René; CORREA, Sílvia M. de S. (sob a organização) *Historiografia alemã pós-muro*. Experiências e perspectivas. Passo Fundo/ Santa Cruz do Sul: UPF/UNISC, 2007. p. 194-233.

WESSELING, Henri. *Les empires coloniaux européens 1815-1919*. Paris: Gallimard, 2004.

ZELLER, Joachim. Symbolische Politik. Anmerkungen zur kolonialdeutschen Erinnerungskultur. In: ZIMMERER, Jürgen; ZELLER, Joachim (Hrsg.). *Völkermord in Deutsch-Südwestafrika*. Der Kolonialkrieg (1904-1908) in Namibia und seine Folgen. Berlin: Links Verlag, p. 192-208.

ZIMMERER, Jürgen. Krieg, KZ und Völkermord in Südwestafrika. Der erste deutsche Genozid. In: ZIMMERER, Jürgen; ZELLER, Joachim (Hrsg.). *Völkermord in Deutsch-Südwestafrika*. Der Kolonialkrieg (1904-1908) in Namibia und seine Folgen. Berlin: Links Verlag, 2004. p. 45-63.

Recebido em: 30/05/2014
Aprovado em: 24/07/2014